



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Brasília, 18 de fevereiro de 2025.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Venho com base no art. 182, parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, apresentar:

DECLARAÇÃO ESCRITA DE VOTO

Relativa ao PL 3802/2024 que altera a Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022, que dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Comunico a Vossa Excelência que durante a sessão deliberativa extraordinária de 17/12/2024, no requerimento de urgência para apreciação do referido projeto, cuja orientação do meu partido foi “**não**”; não consegui votar, pelo aplicativo INFOLEG, uma vez que me encontrava desembarcando no aeroporto de Brasília, que juntamente com outros parlamentares não tivemos condições de estar em plenário naquele momento, haja vista o referido voo ter sofrido atraso e a mesma ter sido a primeira votação nominal da sessão.

Respeitosamente,

MARCELO MORAES

Deputado Federal
PL-RS

